

# Ajuste demora 3 ou 4 anos, diz ministro

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, prevê para "dentro de três ou quatro anos" a conclusão da atual fase de ajustamento da economia brasileira e "a retomada de sua independência em relação ao sistema bancário internacional" — de acordo com o pronunciamento escrito que enviou ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a dívida externa, na Câmara dos Deputados. O ministro alegou a necessidade de concluir preparativos para sua viagem hoje aos Estados Unidos, para não comparecer à CPI.

Sem maiores novidades, a exposição sobre as contas externas e a utilização dos empréstimos no desenvolvimento nacional serviu para dar uma resposta implícita à recente crítica do general Garrastazu Médici à política econômica dos governos Geisel e Figueiredo. Galvêas defendeu o caminho adotado a partir de 1974, quando o País preferiu continuar se endividando e crescendo internamente, ao invés de promover imediatamente a recessão para enfrentar o primeiro choque internacional do petróleo. Reconheceu que o período de 1968 a 1973 foi "um dos mais prósperos da história econômica".

"A taxa de juros inferior à inflação prevalecente durante todo o período que precedeu à crise financeira mundial de 1981/82, significava na realidade que o Brasil estava recebendo, com os empréstimos e financiamentos, um verdadeiro subsídio implícito de origem externa, equivalente à diferença entre a taxa de juros do mercado e a inflação mundial" — afirma Galvêas, lembrando que "havia interesse para o Brasil em continuar se endividando, porque ~~prossigui~~ reestruturando sua economia sem interromper seu desenvolvimento". A principal crítica que o ex-presidente Médici fez à política econômica de seus sucessores foi o aumento da dívida externa, que

passou de US\$ 12,6 bilhões em 1974 para quase US\$ 100 bilhões atualmente.

Em sua exposição, Galvêas mostra o que se fez no País a partir do final do governo Médici. "Por exemplo, em 1975 o Brasil importava US\$ 3,5 bilhões de insumos industriais básicos, representados essencialmente por produtos siderúrgicos e petroquímicos; em 1983 a balança comercial desses insumos era positiva, com superávit de US\$ 1,5 bilhão. Exemplos semelhantes podem ser observados em papel e celulose; em energia, onde os gastos com petróleo caíram de US\$ 9,4 bilhões em 1981 para US\$ 6,3 bilhões em 1983 e US\$ 5 bilhões em 1984, a despeito do substancial aumento do número de veículos,

máquinas e equipamentos no País".

O ministro lembrou também os esforços visando a auto-suficiência energética — mostrando que a produção de álcool saltou de 580 milhões de litros em 1975 para mais de 9 bilhões de litros este ano — enquanto resultados semelhantes eram obtidos em carvão, energia elétrica, produção mineral, metalurgia e na área de bens de capital, onde déficits crônicos na balança comercial foram substituídos por superávits a partir de 1981. "Todos esses fatos e números demonstram que os grandes superávits comerciais (US\$ 6,5 bilhões em 1983, US\$ 9 bilhões estimados para 1984) já são, como os números da produção siderúrgica, petroquímica, elétrica etc. o produto do grande esforço de transformação estrutural que a sociedade brasileira vem realizando nos últimos anos, sem ferir seu compromisso com o desenvolvimento, nem dele se afastar" — afirma.

Reconhecendo que a queda no Produto Interno Bruto (PIB) em 1981 representou uma recessão econômica até então desconhecida para o País, o ministro afastou a possibilidade de repetição daquelas dificuldades este ano ou nos próximos. "Em 1984 deverá ganhar força o processo de recuperação da economia mundial, especialmente nos Estados Unidos, e este fato deverá repercutir favoravelmente na demanda por exportações brasileiras, enquanto a conclusão de projetos de substituição de importações deverá trazer duplo alívio sobre a pauta de compras no exterior", explicou. Defendeu o aumento das exportações como "único caminho capaz de reduzir nossa dependência da economia nacional em relação aos mercados financeiros, de corrigir as limitações advindas do balanço de pagamentos e de propiciar a retomada do desenvolvimento econômico".

TAXAS BÁSICAS  
DE JUROS EXTERNOS

DATA (fim de período)	PRIME (Citibank)	LIBOR (6 meses)
1972	5 3/4	6 5/16
1973	9 3/4	10 3/16
1974	10 1/4	10 3/8
1975	7 1/4	7 1/8
1976	6 1/4	5 3/8
1977	7 3/4	7 5/8
1978	11 3/4	12 1/2
1979	15	14 3/4
1980	21 1/2	16 7/16
1981	15 3/4	14 15/16
1982	15 3/4	15 5/16
- janeiro	16 1/2	15 1/4
- fevereiro	16 1/2	15 9/16
- março	16 1/2	15
- abril	16	14 5/8
- maio	16 1/2	16 3/16
- junho	15 1/2	14 1/8
- julho	13 1/2	12 9/16
- agosto	13 1/2	12 1/16
- setembro	12	10 5/16
- outubro	11 1/2	10 1/4
- novembro	11 1/2	9 1/2
- dezembro	11	9 11/16
1983	10 1/2	9
- janeiro	10 1/2	9 15/16
- fevereiro	10 1/2	9 1/8
- março	10 1/2	9 13/16
- abril	10 1/2	10
- maio	10 1/2	10 3/4
- junho	11	10 3/4
- julho	11	9 13/16
- agosto	11	9 3/4
- setembro		
- outubro		

Fonte: BACEN-DEPEC